



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 147

SÁBADO, 10 DE NOVEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 274ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FEU ROSA — Registro de gesto humanitário e de solidariedade humana do *New York Blood Center* em relação a enfermo brasileiro portador de doença rara.

DEPUTADO LUIZ CECHINEL — Apreciação dos contatos mantidos pelo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina em viagem empreendida ao exterior.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Depoimento prestado pelo Presidente do Banco Central junto à CPI sobre a problemática agropecuária no País. Apelo ao Presidente desse estabelecimento de crédito, com vista a facilitar a concessão e o recebimento de empréstimo para o pequeno agricultor.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Defesa da valorização da profissão e do desempenho da assistente social.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessões conjuntas a realizarem-se hoje, às 18 horas e 30 minutos e às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 25/79-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1980, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDECO. **Aprovado.** À Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — FUNAI e SUFRAMA. **Aprovado.** À Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDESUL. **Aprovado.** À Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Territórios. **Aprovado.** À Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado.** À Comissão Mista para a redação final.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 275ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO, como Líder — Carta do General Tubino, dirigida ao Senador Henrique Santillo, referente a equívoco de citação constante de discurso proferido por S. Exª no Senado na sessão de 26-9-79.

DEPUTADO OCTACILIO QUEIROZ — Discurso pronunciado pelo Professor Mário Moacyr Porto, ao agradecer o título de cidadão do Rio Grande do Norte, concedido pela Assembléia Legislativa daquele Estado.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Documento denominado "Carta à população de Brasília", na qual os estudantes da Escola de Medicina Souza Marques expõem os motivos pelos quais se encontram em greve.

2.2.2 — Questão de ordem

Do Sr. Deputado Elquisson Soares, referente ao encerramento da sessão por falta de número para o prosseguimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Acolhimento da questão de ordem suscitada e convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira próxima, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

ATA DA 274ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GASTÃO MÜLLER

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Séna — Jorge Kalume — José Guimard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Pas-

sarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:		
Semestre	Cr\$ 200,00	
Ano	Cr\$ 400,00	
Via Aérea:		
Semestre	Cr\$ 400,00	
Ano	Cr\$ 800,00	

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

— Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmom Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA;

NA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraná

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Osvaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Barcelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Theodorico Ferraz — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Fraha — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio

Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Léonidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Márcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Farias — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Darío Tavares — ARENA; Delso Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athié Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Guido Arantes — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Tobias Alves.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruct. — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebíades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Hugoardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 400 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Feu Rosa.

O SR. FEU ROSA (ARENA — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo prevalecer-me desta oportunidade para fazer o registro de um caso que considero de grande importância e que deve receber o reconhecimento dos Srs. Senadores e Deputados através da sua consignação nos Anais desta Casa.

A esposa do Sr. Professor José Tristão Fernandes, jornalista e intelectual capixaba, esteve acometida de uma doença gravíssima, devendo submeter-se a uma intervenção cirúrgica. Mas, para que ela se submetesse a essa intervenção cirúrgica, precisava receber uma transfusão de sangue. Sendo levada para o Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, porque o Professor José Tristão Fernandes é funcionário público federal, lá ficou constatado que ela era portadora de um tipo de sangue incrivelmente raro. Se ela não obtivesse esse tipo de sangue, não poderia ser operada, e a sua morte seria praticamente certa. Foi feita busca em todos os hospitais e bancos de sangue do Brasil e não foi encontrado esse tipo de sangue necessário para a operação; formulado o apelo através de rádio, televisão e jornais, ninguém o possuía. Foi feita uma rogativa, então, aos Estados Unidos e o *The New York Blood Center* teve uma atitude altamente meritória e humanitária, que deve merecer todo o nosso reconhecimento.

Vou proceder à leitura de trechos da carta remetida pelo *The New York Blood Center*, que está redigida nos seguintes termos:

“Estudamos o sangue de sua paciente Daria Banhos Tristão Fernandes e nossos resultados são altamente raros. A paciente é do

grupo "O" e é Rh D negativo, mas C positivo, do raro fenótipo Cde/Cde. Testes com muitos soros anti-D não mostraram qualquer evidência de um fraco antígeno Du. Seus testes diretos Coombs foram negativos."

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, diz-se aqui que

"A mistura *anti-C* mais *anti-D* é extremamente rara: Nós não encontramos exemplos iguais, nos últimos 10 anos nos Estados Unidos, num laboratório acostumado a fazer pesquisas com dezenas, centenas de milhares de pacientes."

E diz mais:

"Através da excelente colaboração de muitos centros da Cruz Vermelha, que trata de sangue nos Estados Unidos, obtivemos 6 unidades do sangue Cde/Cde, os quais eram compatíveis."

Mandaram de lá este sangue para o Brasil. Graças ao verdadeiro sacrifício desenvolvido por essa entidade, salvou-se a vida da esposa do Prof. José Tristão Fernandes.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta dedicação, este devotamento ao próximo, que permitiu se conseguissem seis unidades de sangue num país imenso como os Estados Unidos, deve merecer o nosso louvor, o nosso aplauso, o nosso reconhecimento. Desejamos expressar a nossa alegria, o nosso contentamento, porque, no mundo atual, numa época tão materialista, em que só se pensa em dinheiro, nos prazeres da vida, ainda encontramos uma entidade dotada de espírito tão elevado e tão nobre.

Era, pois, este o registro que desejava fazer numa homenagem ao extraordinário, ao heróico povo americano, que, através dessa entidade, mostra, mais uma vez, a grandeza do seu espírito.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao Deputado Luís Cechinel.

O SR. LUÍS CECHINEL (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Sr. Jorge Bornhausenn, Governador de Santa Catarina, acaba de chegar de uma viagem do exterior. Viajou, segundo se sabe, para manter estreitos contatos com investidores estrangeiros. O objetivo seria atrair capitais a serem aplicados em setores da economia catarinense, sobretudo na indústria de extração de carvão.

Pelo visto, não se afasta da vocação histórica do clã a que pertence, sempre voltado para a defesa de interesses econômicos das minorias, não importando sua origem, se nacional ou alienígena.

É triste de se ver o comportamento destes senhores que deveriam, por força do cargo de que estão investidos, promover a valorização do que importa ao bem-estar dos nacionais, quando o que se constata é o desempenho de uma ação que compromete profundamente os mais sentidos anseios de nossa Pátria.

Este ilustre viajor põe-se como um andarilho, oferecendo aos olhos de outras gentes todo este espetáculo de misérias, que a deformidade de sua formação lhe trouxe, e que arrasta como filho de uma geração condenada à ignomínia, posto que negocia com o interesse dos seus conterrâneos, a troco do vil metal que, pela origem, ainda mais o avilta.

A imprensa noticiosa fartamente sua ida à Europa e aos Estados Unidos, aonde procurou transacionar impatrioticamente com propriedades que não lhe pertencem, porque de nosso povo.

Foi oferecer à cobiça dos trustes imperialistas estrangeiros este filão de nossas fontes energéticas, que é o carvão. Como se nosso empresariado não tivesse a capacidade de gerir e impulsionar o setor, o que não procede, dado que até então nossas fontes carboníferas foram exploradas pela iniciativa aborígine, sem a necessidade da intervenção exterior. E isto agora é tanto mais importante em face da gravidade da crise energética que o mundo atravessa, o que fez com que repentinamente nossa bacia carbonífera alcançasse um valor inestimável.

Por esta mesma razão torna-se imprescindível sua preservação nas mãos de nacionais, sendo inconcebível que um setor de tamanha importância estratégica para o País possa ser assim, irresponsável e impunemente, oferecido como iguaria a ser saboreada por trustes que nada têm a ver conosco.

O carvão catarinense, como fonte energética genuinamente nacional, tem de ser protegido contra as investidas daqueles que o General Serpa muito propriamente denominou de "impatriotas", porque dedicados ao propósito maligno de obrar "negociatas", mesmo que ao preço do prejuízo nacional, entregando-nos às multinacionais.

Não entendemos, portanto, como possa o Governo da União permitir semelhantes ações da parte de Governadores de Estado, sendo necessário que se seja demasiado obtuso para deixar de entender o raciocínio elementar que

consiste na necessidade de resguardarmos nossas riquezas não renováveis; ou então, que se falte ao patriotismo, para dar lugar à ganância, à ambição desmedida do dinheiro, pois sabe-se lá que inconcessíveis interesses pessoais não estejam escondidos por detrás destes acontecimentos, o que então dispensa adjetivos, e que levam o donatário de Santa Catarina a buscar "parceiros" que se associem neste "negócio", que irá causar sérios danos à economia catarinense e do Brasil.

Este Governo não pode, portanto, condescender com o Sr. Bornhausenn, sob pena de vir a comprometer-se, cabendo-lhe, pois, o dever de intervir, a fim de sustar esta iniciativa que nós definimos como de lesa-pátria. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller — Com a palavra o nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem estive na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pecuária o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Osvaldo Collin, que ali foi interpelado por considerável número de Deputados e de Senadores. O ilustre conferencista se portou à altura, respondendo com capacidade, com conhecimento, com elevado espírito público e, sobretudo, com elegância a todas as indagações que lhe foram feitas. Naquela oportunidade, também fizemos pergunta a respeito da nossa região, que enfrenta grave crise em consequência da falta de chuvas. Falamos sobre o crédito agropecuário para a entressafra, e aproveitamos o ensejo para agradecer as providências tomadas pelo Sr. Carlos Alvernes, Superintendente Regional do Banco do Brasil, no Piauí, atendendo ao apelo de pequenos agricultores do Município de Barras. Cerca de 1.200 agricultores se beneficiaram com esse crédito na entressafra e fizeram pequenos contratos com o Banco do Brasil para aplicação na lavoura. Assim, eles poderão elevar a produção agrícola naquele Município e, conseqüentemente, fazer face à carência de alimentos no Estado do Piauí e no País. Mas, Sr. Presidente, ainda há outras providências que pretendemos sugerir ao ilustre Presidente do Banco do Brasil, relativamente à exigência de documentos. É preciso uma anuência do proprietário para que o contrato seja registrado, e muitos proprietários não se dispõem a concedê-la. Não sabemos as razões, mas podem tê-las. A verdade é que o pequeno agricultor, que já iniciou os trabalhos para implantar a sua roça em determinadas glebas daquele Município, não pode perder este esforço. São pequenos emprestimos, e queremos sugerir ao Presidente do Banco do Brasil que aceite uma declaração de autoridade, como, por exemplo, do Prefeito Municipal, que pode atestar a presença daquele agricultor no local e o trabalho que ele realiza. Faço esta sugestão porque é necessária a desburocratização daquele serviço. O Banco deve atender a um grande número de agricultores e, portanto, é preciso que o número de documentos exigidos seja o menor possível, para que não haja entrave ao financiamento. A agência do Banco em Campo Maior, por exemplo, que atende a Barras, não tem número considerável de funcionários, de modo que, se houverem maiores exigências, ficará reduzido o número de agricultores favorecidos.

Por outro lado, Sr. Presidente, queremos apelar para o Presidente do Banco do Brasil no sentido de que a entrega a esses agricultores das parcelas dos empréstimos seja feita na sede do Município, na cidade de Barras, e não em Campo Maior. É que o deslocamento desses agricultores não os favorece; pelo contrário, muitos deles são assaltados e perseguidos e, muitas vezes, perdem a vida em desastres. Tudo isso causa transtornos; conseqüentemente, a matéria merece revisão e atendimento do ilustre Presidente do Banco do Brasil.

Queremos expressar nossas congratulações pela presença do Sr. Osvaldo Collin nesta Casa e pela maneira elevada, com conhecimento perfeito do que ocorre no Banco do Brasil, com que ele se está conduzindo à frente daquele grande estabelecimento de crédito, que é o esteio da economia piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Tem a palavra o nobre Deputado Celso Peçanha, último orador inscrito.

O SR. CELSO PEÇANHA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a televisão brasileira focalizou nos primeiros dias desta semana a visita do Presidente João Figueiredo à Venezuela, e, naquela oportunidade, um repórter registrou uma audiência do Presidente venezuelano, Herrera Campins, com o povo. Uma vez por mês, S. Ex.^a abre as portas do Palácio para atender àqueles que necessitam debater com o Presidente da República problemas de interesse de sua comunidade. Lá estavam várias famílias conversando com o Presidente da República e apresentando-lhes as suas reivindicações. Mas o ponto alto para mim, como homem público, foi que a televisão informou que naquele país cabe à Assistente Social examinar os casos e levar as pessoas interessadas à presença do Chefe do Estado.

Como homem público, quero ressaltar o papel da Assistente Social. Na verdade, no Brasil ainda não se reconheceu a uma Assistente Social seu valor exato. Não se tem dado remuneração condigna a esses profissionais. Os órgãos que admitem assistentes sociais não lhes dão a tarefa para a qual estudaram, a tarefa difícil de ir ao encontro das populações mais sofridas e de menos recursos, examinando caso por caso. Estão burocratizando este profissional. Assistimos a isso em todos os órgãos públicos. Agora mesmo a Fundação Leão XIII, no Rio de Janeiro, está dispensando assistentes sociais, na hora em que mais se torna necessário o seu trabalho.

Por outro lado, recebemos, nesta Casa, um estudo sobre a CLT e não encontramos, no Anexo II, a inclusão do assistente social entre as profissões liberais, as mais dignas, as que mais trabalham e produzem pela grandeza deste País.

Quero daqui, Sr. Presidente, pedir ao atual Presidente da República, que veio da Venezuela, onde, por certo, soube do trabalho ali desenvolvido pelo assistente social, que na Consolidação das Leis do Trabalho, dê uma posição a esse profissional equivalente ao médico, ao engenheiro, ao dentista, porque, assim fazendo, estará dando força a uma das profissões mais nobres deste País.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca as seguintes sessões conjuntas a realizarem-se hoje, neste plenário:

Às 18 horas e 30 minutos — leitura das Mensagens Presidenciais nºs 116 e 117, de 1979-CN, referentes aos Decretos-leis nºs 1.702 e 1.703, de 1979, respectivamente;

Às 19 horas — apreciação das seguintes partes do Projeto de Lei nº 25, de 1979-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1980:

Ministério da Marinha — Ministério das Relações Exteriores — Ministério dos Transportes (parte geral; Superintendência Nacional de Marinha Mercante; Empresa de Navegação da Amazônia S.A.; Companhia de Navegação do São Francisco; e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.) — Encargos Financeiros da União e Encargos Previdenciários da União.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 25, de 1979-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1980.

Não foram apresentadas emendas aos Subanexos constantes da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao item 1:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDECO, tendo Parecer, sob nº 139, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — FUNAI e SUFRAMA, tendo Parecer, sob nº 140, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — SUDESUL, tendo Parecer, sob nº 142 de 1979—CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Territórios, tendo Parecer, sob nº 143, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo Parecer, sob nº 144, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 275ª SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE NOVEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima —

Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeiteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcellio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB; Milvernes Lima — ARENA.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Theodorico Ferraz — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darclio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Léonidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dario Tavares — ARENA; Delso Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telémaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athié Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcellio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves —

MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Guido Arantes — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA — Tobias Alves — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Loureberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As listas de presença acusam o comparecimento de 52 Srs. Senadores e 401 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Hugo Napoleão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o Sr. Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em discurso pronunciado no dia 27 de setembro findo, no plenário do Senado Federal, o Senador Henrique Santillo disse o seguinte:

“Em 22 de abril de 1975, o Conselho Nacional do Petróleo, na ocasião presidido pelo General João Batista Turbino, cujas atenções sempre se fizeram em criminoso benefício às multinacionais, a pretexto de regulamentar a fiscalização e a responsabilidade pelas infrações na distribuição dos derivados de petróleo, decretou o esmagamento e a falência das pequenas empresas nacionais, baixando a Resolução nº 7/75, posteriormente alterada em alguns pontos pela Resolução nº 7/77. Ambas, no entanto, mantêm o dispositivo coercitivo que obriga a distribuidora a somente fornecer combustíveis do petróleo, para fins automotivos, a revendedores registrados no CNP, para comercializarem sob sua bandeira, o que quer dizer que às pequenas empresas nacionais proibiu-se o direito de fazer concorrência leal às grandes multinacionais do setor, já que estas detêm o controle de mais de 70% dos postos de gasolina, sob o regime de comodato, fornecendo-lhes a bomba de gasolina e o tanque apenas, e obrigando-os a adquirir certa proporção, variável de região para região, de derivados de petróleo para comercialização aos consumidores. A partir da vigência da Resolução nº 7/75, no entanto, estabeleceu-se o monopólio das multinacionais sobre a rede de postos de gasolina, levando à falência as pequenas empresas nacionais.

A PETROMINAS e a Nacional, as duas maiores nacionais, foram absorvidas, alguns meses depois, mantendo-se com ingentes dificuldades a São Paulo S.A. e a Hudson Brasileira de Petróleo. Esta última, responsável pela única refinadora de óleo queimado, de que produz lubrificantes de ótima qualidade, o que vem demonstrar a preocupação do empresariado nacional em reduzir nossas importações, de 25 milhões de litros de gasolina por mês que distribuía, viu reduzida sua participação a meros 4 milhões de litros mensais.”

Em carta de 12-10-79, assim o General Tubino respondeu ao Senador Henrique Santillo:

“Rio de Janeiro, 12-10-79

Tendo V. Ex^a, em discurso pronunciado no Senado Federal e publicado no *Diário do Congresso Nacional*, de 27 de setembro passado, declarado haver o signatário desta, como Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, baixado ato lesivo ao interesse de empresas nacionais distribuidoras de derivados de petróleo, venho por esta solicitar-lhe a necessária retificação, por se tratar de afirmativa inverídica, eis que jamais exerci aquele honroso cargo, e, bem ainda, para não ficar meu nome exposto a julgamento menos digno, por parte daqueles que não me conhecem.

Saudações cordiais.”

Sem resposta até à presente data, tenho a honra de dirigir-me a V. Ex^a para, em defesa do meu nome, expor, os argumentos seguintes:

— numa análise sucinta do trecho acima transcrito do pronunciamento do Senador Santillo, identificam-se duas afirmações absolutamente inverídicas.

A primeira é quando diz: “... o Conselho Nacional do Petróleo, na ocasião presidido pelo General João Batista Turbino...” (meu nome é Tubino). Jamais tive a honra de exercer esse cargo.

Com essa inverdade, cai por terra a afirmação de que o signatário, com “atenções em criminoso benefício às multinacionais, a pretexto de regulamentar a fiscalização e a responsabilidade pelas infrações na distribuição dos derivados de petróleo, decretou o esmagamento e a falência das pequenas empresas nacionais, baixando a Resolução nº 7/75. Como poderia o signatário baixar uma Resolução do Conselho Nacional do Petróleo se não era o seu Presidente e, como já disse, jamais exerceu aquele honroso posto?”

A segunda inverdade que se assinala no trecho em tela é a afirmativa de que, poucos meses depois da vigência da Resolução nº

7/75, e por força dessa mesma Resolução, as Companhias PETRO-MINAS e Nacional foram absorvidas.

Isto também não é verdade. Essas empresas, por processo de compra absolutamente normal e por espontânea e livre vontade de seus acionistas maiores, foram, sim, absorvidas em 1973, quando, ainda, obviamente, não existia aquela Resolução, baixada em abril de 1975.

A simples análise, de apenas um trecho de 25 linhas, mostra à saciedade o superficialismo, o primarismo e, o que é pior, a irresponsabilidade com que é versado assunto tão grave para o momento brasileiro.

Aqui, parece-me, poderia encerrar minha defesa, por que a própria inverdade da declaração do Senador Santillo, meridianamente mostrada, me desagrava.

Mas, permita-me tome um pouco mais de seu tempo precioso, citando a grande injustiça feita pelo Senador Santillo, em seu pronunciamento eivado de erros, contra a Companhia Ipiranga, apresentada como uma companhia multinacional, ignorando, o Senador Santillo, assim que, por força da ação de um grupo constituído de brasileiros competentes, do mais alto quilate moral, aquela empresa, é, hoje cem por cento nacional.

Exerço, desde 1971, a Presidência do Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Derivados de Petróleo. Com mandatos de duração de três anos, fui eleito e duas vezes reeleito, sempre com unanimidade das empresas associadas.

Posso, assim, restituir a ofensa à fonte que, versando assunto com tanta displicência e desconhecimento de causa, ao contrário do que pretende, mais faz pelas multinacionais, que pelas empresas nacionais da nossa atividade econômica. Para discutir esses assuntos é preciso que os problemas em pauta sejam estudados com serenidade e seriedade. Por certo, o bravo povo goiano não confiou ao Senador Henrique Santillo tão egrégia tribuna para pronunciamentos como o que fez.

Trago, assim, esses esclarecimentos em defesa de minha reputação de homem público. E ao fazê-lo, sou movido pelo mais profundo respeito ao Congresso Nacional, do qual se espera, neste amanhecer para a política nacional, desempenho relevante no aperfeiçoamento e consolidação do regime democrático.

Rogo-lhe sejam estas minhas razões lidas no plenário dessa nobre Câmara para que os homens de bem deste País, congressistas ou não, saibam que não me atingiu o golpe com que tão leviana e gratuitamente se procura atingir a minha dignidade de brasileiro e de homem de bem.

Agradecendo a atenção que V. Ex^a, por certo, como homem de bem, dará à presente carta, subscrevo-me com toda admiração e o mais alto apreço."

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Recentemente, em Natal (RN), em memorável sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, foi feita a entrega do título de cidadão norte-rio-grandense a um ilustre paraibano, mestre do Direito Civil no País, ex-Reitor da Universidade Federal e ex-Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Prof. Mário Moacir Porto.

Antes, no entanto, já a Câmara Municipal de Natal havia-lhe conferido o título de cidadão natalense.

Foram, assim, duas homenagens absolutamente justas, sem mais outro qualquer retórico e diverso adjetivo de nossa parte, que vise ressonâncias verbais, neste instante.

Ao longo de sua vida intelectual, de sua atividade na magistratura e no magistério, o Prof. Mário Moacir Porto não foi apenas aquele espírito culto e íntegro, que todos nele reconhecemos, no desempenho de atividades de significação tão alta e nobre, mas por toda sua existência uma intrépida vocação de democrata, de resistência à violência, à bajulação e à covardia.

Hoje, dirige uma organização mineralógica progressista, exclusivamente brasileira, não se registrando, todavia, de sua parte nenhuma tibieza de caráter de conduta e de inteligência ao lado de eficiente atuação empresarial a despeito das investidas estúpidas e violentas daqueles tumultuosos dias que decorreram do golpe militar de abril de 1964.

Destituído do cargo de Reitor da Universidade Federal da Paraíba, quando realizava, à época dos primeiros sedimentos daquela instituição, o maior e mais construtivo e reconhecido esforço, não se diminuiu nem se apagou nos meandros escusos da bajulação e do terror.

Pessoalmente, participávamos de sua edificante gestão reitoral como Diretor do Departamento Cultural da UFPb. Ato contínuo à sua demissão, deixávamos aquele setor universitário, hoje modificado por nova sigla. Assim o fazíamos por compreender a injustiça do ato autoritário, que o fazia deixar aquele elevado posto.

Deixou, por isso, a Paraíba e foi para sua segunda terra natal, se assim podemos nos expressar — o legendário Rio Grande do Norte. E, de tal sorte, durante vários anos, soube impor-se ao conceito do povo norte-rio-grandense, por suas atividades competentes e criativas, que as duas homenagens a que estamos a nos reportar, são o testemunho eloqüente de seus méritos e de sua superior atitude frente aos embates de uma vida pública ímpar, malgrado o autoritarismo inconseqüente e primário, manipulado subrepticamente pela inveja, o oportunismo vulgar e a incompetência magistrial de outros e naqueles terríveis idos.

Nesse sentido, destacamos ainda um dos aspectos de maior relevo de sua fase reitoral: o apoio sempre manifesto aos estudantes universitários em suas aspirações de cultura, de liberdade e de inteligência.

Sr. Presidente, passamos, por limitação do tempo regimental, a nos dispensar de mais outras considerações a respeito dessas duas homenagens ao Prof. Mário Moacir Porto.

Melhor que tudo isso, é lermos, para conhecimento deste Plenário do Congresso Nacional e para que conste de seus Anais, o texto do discurso com que aquele ilustre brasileiro, representante da cultura jurídica nordestina, agradeceu o título de cidadão do Rio Grande do Norte, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado.

É o seguinte:

Nesta altura da vida, quando as inevitáveis frustrações cavam fundo a esperança e a fé, a gente, insensivelmente, inevitavelmente, tende a ser humilde de coração e a renunciar, como se diz na Igreja, as glórias e as pompas deste mundo. Eu de mim ainda não arrepiei caminho, mesmo quando o entrevero é agreste e injusto, mas não me reduzem mais as gloriolas de ocasião. Há muito que exorcizei o demônio da minha vaidade. Mas esta homenagem — creiam-me os eminentes Parlamentares desta Casa — calou muito alto e profundamente em minha sensibilidade. É que eu tive a singular fortuna de identificar-me com duas terras igualmente caras aos meus sentimentos afetivos: Paraíba e Rio Grande do Norte.

Na gleba do meu nascimento, jamais poderia dizer, como o poeta Bandeira, que não tive a vida que poderia ter sido e que não foi. Ao contrário. Tive o que quis e alcancei e a que aspirei, muito mais pela generosidade dos meus conterrâneos do que pelo valimento das minhas qualidades.

No Rio Grande do Norte, se tanto não recebi nas manifestações exteriores do favor público, muito mais me presenteou o destino na faixa mais sensível do ser humano: a família. Aqui me liguei pelos laços do matrimônio à gente e à terra do Seridó. Aqui nasceram dois dos meus filhos. E foi aqui ainda onde me iniciei na vida pública como Promotor de Currais Novos e Acari.

Depois, em plena borrasca do período revolucionário, retornei aos meus pagos afetivos do Rio Grande do Norte, onde me fiz industrial e até hoje porfio, com a ajuda de abnegados colaboradores, para levar riqueza e trabalho a uma terra que necessita, desesperadamente, de trabalho e riqueza. E como diz José Américo, ninguém se perde no caminho da volta e eu daqui saí sem ausentar-me, pois ausência não vem de distância mas de esquecimento.

Acolheu-me esta terra com o calor e a generosidade que se dispensam aos filhos que retornam.

Nunca me convenci, por isso, das razões que apresentaram, quando aqui cheguei, para que eu não insistisse na minha pretensão de ensinar na Faculdade de Direito de Natal, razões inconcordáveis com as tradições de hospitalidade desta boa gente e com os numerosos títulos que credenciavam ao exercício de um magistério satisfatório.

A verdade é que ainda podiam muito, nessa época, os farricocos do Santo Ofício e o zelo compadresco dos cristãos novos.

Mas, deixa pra lá, como diz o povo, pois, se naquele tempo, não pude ser o que já era, muito mais me foi acrescentado com o título que esta Assembléia me outorgou. Não vem de agora, aliás, o públi-

co favor da minha gente pelo que pude fazer de bom pela sofrida terra do Rio Grande do Norte.

O ano passado a Câmara de Vereadores de Natal me conferiu o título de cidadão desta cidade, e títulos assim vinculam os agraciados muito mais à terra que o acidente casual do nascimento. Sem infidelidade às minhas origens de paraibano, tenho hoje dois amores, duas telúricas afeições que se fundem na unidade plural de um mesmo sentimento afetivo.

Srs. Deputados: este título de cidadão norte-rio-grandense que me outorgaram, de par com a honra insigne que em si mesma representa, tem para mim um singular relevo ou especial significação: vem de uma Casa do povo. Recebo-o das mãos de quem recebeu do povo o seu mandato, o que dá aos mandatos e ao título uma grandeza e uma dignidade extraordinárias. Sou por índole, convicção, educação, formação, um democrata. Mesmo nos tempos sombrios que já findam, três vezes os galos cantaram sem que eu abjurasse a fé das minhas convicções.

E, por oportuno, registro que o arcabouço do estado de exceção terminou estalando pelas costuras por força da incontornável exaustão do seu ciclo histórico. É que as forças que impulsionam os ideais de emancipação e liberdade, longe de serem ocorrências episódicas da conduta de grupos, expressam, ao contrário, um profundo e permanente sentimento natural, que é a marca de Deus na herança milenar da cultura humana, contra a qual não podem, senão transitoriamente, o autoritarismo dos mandarinatos de ocasião.

Por longo tempo se tentou incultar no Brasil e no mundo a falsa e abstrusa concepção de que um regime de coação ilegítima é, na vida das nações, um estágio necessário à libertação final e que o desenvolvimento — quantos excessos cometidos em seu nome! — só é viável em clima onde a restrição à liberdade seja uma condicionante do seu procedimento. É uma idéia de filiação fascista e muito do gosto dos marxistas ortodoxos, em franco declínio no mundo ocidental, como atestam as análises geniais de Gramsci que, retificando as coordenadas do pensamento político dos pregoeiros da violência necessária, reintegraram no altiplano das liberdades essenciais a legitimidade do Estado e os direitos fundamentais da criatura humana. Afonso Arinos de Mello Franco, um dos melhores informados pensadores políticos, ainda que comprometido com um liberalismo ultrapassado e romântico, assinala que a mudança radical do pensamento marxista europeu é o mais importante acontecimento no plano das idéias políticas desde a Segunda Guerra Mundial. E por falar em transformação política, bom sublinhar, por oportuno, que a abertura democrática que se esboça, longe de ser uma graça do príncipe, é a resultante da marcha inexorável do tempo e dos novos comandos, que retificaram as balizas do conhecimento geopolítico da nossa realidade contemporânea.

Mas não esquecer que divisamos apenas uma luz no fim do túnel e não olvidar, sobretudo, que o caminho da volta não se desfez e que a ronda dos filisteus espregueira a oportunidade para reconduzir o País aos porões do obscurantismo, de triste memória. É preciso ir devagar para chegar depressa. Como ensina o Eclesiasta, há tempo para tudo, inclusive para juntar as pedras e outro para jogá-las.

Numa economia de desalmada feição monopolista como a nossa, matriz da crise econômica que nos aflixia, ainda por algum tempo é inevitável que se dê a Cesar o que é do povo e ao povo apenas as sobras do festim de Baltazar. Não há notícias na História da humanidade de uma classe ou civilização que tenha voluntariamente se despojado dos seus privilégios. Como diz Hegel, em linguagem alegórica, só quando anoitece, o mocho levanta o vóo da cabeça de Minerva.

A liberdade só é eterna enquanto dura, para repetir, em outro plano, o verso famoso.

A nova geração pagou e ainda paga o tributo do medo e como opção de viver não conheceu outra alternativa além da acomodação pela intimidação. "Remember" 64. Foi a incompetência e a levianidade de um governante, que justificou a escalada do salvadorismo opressor. Sei, por experiência pessoal, como são solertes, hábeis e insidiosas as forças da reação.

Impõe-se aos líderes populares — e o Parlamento é uma escola de líderes — conduzir sem passionalismos inoportunos e exorbitantes a marcha da redemocratização, sem esquecer que permanecem intocadas as forças que implantaram e mantiveram o estado de exceção por tão longo período.

Não me agrada o papel de Cassandra, que profetizava desgraças, nem me seduz a vigilante atitude de ganso do capitólio.

Mas a política é a arte do possível, como já disse alguém, e a liberdade não é um carisma ou uma dádiva. É um preço.

E é preciso pagar para merecê-la.

Concluindo, resta-me particularmente agradecer ao Deputado Gilberto Lins a iniciativa da propositura do projeto de outorga de um título que tanto me honrou e desvaneceu e dizer-lhe que é constante a minha estima pela sua pessoa e crescente a minha admiração pela sua liderança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos na verdade atravessando dias tumultuosos, tempestuosos, marcados por crises. Crise dos sem-pão, dos sem-teto, dos sem-terra, dos doentes sem hospitais, dos sem-transporte para lutar pela vida, dos sem-recursos para vestir, para calçar, para estudar. A violência como crise moral, como fruto da intranquilidade, o assalto, o crime, a crise social com os desempregados, os semidesempregados, os bóias-frias, os subempregados, a inflação corroendo o organismo nacional como hiena, como abutre, as multinacionais agindo com força desumana, como sanguessugas erodindo a nossa economia. Os lugares antes respeitados são hoje invadidos, os crentes expulsos a cassetetes ou sob o impacto das bombas, o povo atemorizado, constantemente intranquilo. Crise na indústria, crise no comércio, crise na lavoura e na construção civil, crise nas empresas nacionais. Que País é este, Sr. Presidente?

Quer o povo viver pacificamente para trabalhar e produzir e fatores vários o impedem. Quer a mocidade estudar e encontra dificuldade. Sim. Há crise séria, grave, na educação. Os jovens se revoltam em quase todas as Capitais, queixando-se do ensino. Por outro lado, os professores se queixam do alunado. Há, em verdade, crise educacional. É fácil detectá-la.

Hoje estiveram nas galerias da Câmara dos Deputados estudantes da Escola de Medicina Souza Marques, do Estado do Rio de Janeiro. Estão em greve. E deixaram comigo os motivos, as razões da greve, em documento denominado "Carta à População de Brasília".

Dizem os estudantes:

"DIRETÓRIO ACADÊMICO OSVALDO CRUZ (DAOC)

Escola de Medicina Souza Marques — Rio de Janeiro

CARTA À POPULAÇÃO DE BRASÍLIA

Nós, alunos da Escola de Medicina Souza Marques, estamos chegando a Brasília após um período de 13 dias de greve (que continua), no sentido de encaminhar diretamente ao MEC toda nossa problemática, cuja conseqüência foi a deflagração de paralisação das aulas.

Vivemos, como todos estudantes deste País, as dificuldades geradas pelas precárias verbas destinadas à educação e o baixíssimo nível de ensino proporcionado por esta situação.

Sujeitos a uma mensalidade de 3.869,42 cruzeiros, desde o início do ano, fomos submetidos agora a um reajuste de 8.805,90 cruzeiros, já homologado pelo MEC, baseado nos argumentos do CFE, o qual se baseou nos documentos e balancetes que acusam déficit fornecidos pela Fundação Mantenedora de nossa escola.

E nós, fomos consultados?

Não, porém, fomos sumariamente designados a cumprir este reajuste, conseqüentemente pagar pela péssima administração da Fundação, ou pelos duvidosos destinos dados ao dinheiro que temos pago. Entendemos que tudo isto surgiu num momento estratégico em que as condições precárias, somadas ao peso do reajuste, condicionaram o início do nosso movimento.

São nossos principais problemas:

1 — Inexistência de um Hospital-Escola, sendo que os hospitais com os quais mantemos convênio não recebem, por parte da entidade mantenedora, subvenções e, portanto, só nos aceitam por um convênio verbal, sem nenhuma obrigação efetiva.

2 — Todos os professores permanecem com atrasos no pagamento de no mínimo 6 (seis) meses.

3 — Modificações curriculares sem nenhuma participação do corpo discente, com isso optando sempre por decisões que afastam o ensino da realidade brasileira e que livra a Fundação de um ensino que seria ideal para os estudantes, porém classificado como "ensino oneroso", pela Fundação.

4 — A falta de um Restaurante Universitário e a recusa permanente em construí-lo por parte da Fundação, obrigando os estudantes que permanecem em regime de tempo integral na escola a se alimentarem de "sanduíches", nas padarias das redondezas, conforme sugestão oficial da própria Fundação.

Depois de tudo isto nossa única resposta só poderia ser a greve, porque todas as tentativas de entendimentos com a Fundação Mantenedora não trouxe nenhuma consequência viável.

Colocamos à população que nossa luta faz parte de um todo, deve ser encarada por todos os estudantes que hoje enfrentam este tipo de problema e estamos aqui porque viemos cobrar do MEC seu verdadeiro papel diante dos estudantes, ressaltando que a implantação do ensino pago nas Universidades Federais e a continuidade do descontrole e aumentos excessivos nas escolas particulares vêm transferir a responsabilidade do ensino superior no País do MEC para os nossos bolsos.

São nossas reivindicações:

- 1 — Cancelamento imediato do reajuste
- 2 — Confirmação dos convênios existentes com a Santa Casa e demais Institutos
- 3 — Pela participação efetiva dos estudantes nas modificações curriculares
- 4 — Pelo Restaurante Universitário

**POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO!
MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO!"**

Esta é uma realidade. A crise explode em todas as faculdades, em todas as cidades. Na cidade de V. Ex^a, Sr. Presidente, na cidade de todos os Parlamentares, estou certo, a crise está explodindo. Não é possível, com uma inflação em 80%, às instituições particulares manterem o ensino. Por outro lado, não há aluno que possa, neste instante, pagar a sua mensalidade, sobretudo essa que nos informam os estudantes da Escola de Medicina Souza Marques, de três mil, oitocentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos, que com o reajuste, chega a oito mil oitocentos e cinco cruzeiros e noventa centavos.

Sr. Presidente, é preciso que o Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, tome conhecimento desse assunto e faça com que o ensino neste País seja gratuito, ou o regime que aí está, de pleno capitalismo, se assim não puder, que crie um programa de amparo financeiro às instituições particulares de ensino superior, através do Ministério da Educação e Cultura. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pelo seu Reitor João Mac Dowell, enviou-me uma carta dando conhecimento de um estudo com referência à criação de um programa de amparo financeiro às instituições particulares de ensino superior. Apelo, Sr. Presidente, para o Presidente da República, a fim de que acuda com urgência o ensino neste País, porque o estudante não tem recursos para pagar a uma faculdade, e as faculdades afirmam não ter recursos para manter um ensino que seja efetivamente capaz de preparar os jovens para o trabalho, para os dias de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado Joel Ferreira.

O Sr. Elquisson Soares — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A palavra é concedida ao nobre Líder.

O SR. ELQUISSON SOARES (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Daso Coimbra, ao chegar ao plenário há pouco, olhava para a bancada da ARENA e interrogava aos que estavam aqui se efetivamente o partido já havia sido extinto. É que não há um único representante da bancada arenista nesta Casa.

O Sr. Hugo Napoleão — O Líder está presente, e ele representa toda a bancada.

O SR. ELQUISSON SOARES — Não importa que tenha chegado o Líder. O Líder não supre, na verdade, a deficiência a que me vou referir. Causa estranheza também que esta Casa contribua para levar o Poder Legislativo ao descrédito junto à opinião pública. Imagine V. Ex^a que há cerca de 3, 4, 5 anos foi levantada uma questão, no sentido de que era preciso fazer uma reforma no plenário da Câmara dos Deputados, porque 420 Deputados viriam para cá, e as sessões prosseguem nesse ritmo dia a dia: 7 Deputados, 4 Deputados, 3 Senadores etc. E parece que a própria Casa faz questão de afirmar que este é o País em que as leis são feitas para não ser cumpridas, nem mesmo por aqueles que as fazem. Isto constitui uma aberração, um absurdo.

Assim, Sr. Presidente, peço-lhe dar cumprimento ao § 2º do art. 29 que faz remissão ao art. 28 do Regimento Comum, para que esta sessão não prossiga por absoluta falta de número.

O Sr. Daso Coimbra — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, citado meu nome há pouco pelo colega que no momento lidera o MDB, quero dizer que aqui se encontra ao meu lado o Líder da ARENA, Deputado Hugo Napoleão, bem como um número de Deputados na bancada da ARENA igual ao que se encontra na bancada do MDB. Apenas este o registro que queremos consignar neste instante nos Anais da Casa.

O Sr. Elquisson Soares — Diga-se de passagem, é louvável o gesto do Deputado Daso Coimbra.

O Sr. Hugo Napoleão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Líder.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (ARENA — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, contraditando a questão de ordem, quero declarar que o MDB reiteradas vezes tem procurado obstruir os trabalhos desta Casa. Projetos governamentais não podem ser votadas, Propostas de Emenda à Constituição, mesmo do MDB, não podem ser examinadas, exatamente pelas obstruções e muitas vezes pelas fugas de plenário — porque os representantes do MDB têm o hábito de fugir do plenário para não votar as matérias submetidas à consideração desta Casa.

Assim sendo, não vejo razão, absolutamente, nas afirmações do Líder da Minoria de que não há arenistas na Casa. Está comprovado à sociedade que as bancadas da ARENA e da Minoria encontram-se aqui representadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Ainda não tínhamos encerrado o período destinado a breves comunicações. Estava inscrito o nobre Deputado Joel Ferreira. Mas, já que o nobre Líder do MDB levantou a questão de ordem, a Mesa não tem por que deixar de atender ao seu requerimento, porque, efetivamente, segundo o Regimento, § 2º do art. 29:

"Verificada a presença de Senador e Deputado em número inferior ao mínimo exigido fixado no art. 28" — o que equivale a dizer 11 Senadores e 70 Deputados — "o Presidente encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista."

Nessas condições, vamos dar nova oportunidade. Se as Lideranças concordarem em suspender a sessão por alguns minutos, chamaremos os nossos companheiros para a sessão e reiniciaremos nossos trabalhos.

O Sr. Elquisson Soares — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ELQUISSON SOARES (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não me oponho. Pelo contrário, acho justa a ponderação de V. Ex^a e gostaria que V. Ex^a fizesse todo esforço no sentido de que haja número suficiente para discussão da matéria. Agora, que não prossigamos, se o *quorum* não se efetivar.

O Sr. Milton Brandão — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem a palavra o Deputado Milton Brandão.

O SR. MÍLTON BRANDÃO (ARENA — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero destacar a manifestação de V. Ex^a exigindo *quorum* regimental para que possam prosseguir os trabalhos.

Se essa medida for tomada, não poderemos mais realizar trabalhos nesta Casa, porquanto nem sempre se encontram aqui no plenário 70 Deputados e 8 ou 10 Senadores, conforme V. Ex^a acaba de declinar, porque os Deputados e Senadores estão sempre nas imediações do plenário, às vezes se acham nas Comissões, mas estão sempre ouvindo o que se passa na Casa, e as Lideranças, pela sua palavra, ou esta Presidência é que convoca os representantes do povo a que venham a plenário nas ocasiões das votações. Entretanto, por

ocasião dos pronunciamentos não se faz necessária a presença do número de Deputados que o Regimento especifica.

O Sr. Elquisson Soares — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ELQUISSON SOARES (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Deputado Milton Brandão é um dos mais antigos, atuantes e brilhantes Deputados; não tem o direito, portanto, de desconhecer o Regimento da Casa.

Diz precisamente o Regimento, no seu artigo 28:

“As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso.”

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está perfeitamente enquadrado. Portanto, vamos suspender a sessão por alguns minutos. Convocaremos nossos companheiros e, a seguir, prosseguiremos os nossos trabalhos.

Está suspensa a sessão por alguns minutos.

(A sessão é suspensa às 18 horas e 55 minutos e reaberta às 19 horas e 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está reaberta a sessão. É evidente a falta de *quorum* para o prosseguimento dos trabalhos.

Antes de encerrar a sessão a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, neste Plenário, às 11 horas, com a mesma Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 6 minutos.)

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

- Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — anotada
- Histórico da Lei (tramitação legislativa)
- Regimento Interno do Conselho Nacional da Magistratura
- Índices sistemático e analítico-remissivo

Preço:

Cr\$ 100,00

À venda no Senado Federal — 22º andar do Anexo I
Pedidos pelo reembolso postal para

Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Brasília, DF — CEP 70 160

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATUALIZADO

- Quadro Comparativo das Constituições (Sistema Tributário)
- Lei nº 5.172, de 25-10-66, que "dispõe sobre o Código Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios" (*Texto atualizado*)
- Legislação alteradora do Código Tributário Nacional.

Edição 1978

**Preço:
Cr\$ 50,00**

À VENDA NA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL (Anexo I)

**Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
BRASÍLIA — DF — CEP: 70.160**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*** QUADRO COMPARATIVO ***

Foi lançada a 3ª edição revista e atualizada da Constituição da República Federativa do Brasil — Quadro Comparativo, obra da **SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**.

A publicação apresenta a comparação, dispositivo por dispositivo, do texto constitucional vigente à Constituição do Brasil de 1967 e à Carta de 46, com 123 notas explicativas e índices sistemático e analítico-remissivo.

A obra, com 348 páginas, pode ser obtida pelo reembolso postal ao preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), devendo o pedido ser dirigido à **SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160**.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a argüição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnoldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da proibidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocatória no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 3,00